

CULTURA E MERENDA ESCOLAR: POSSÍVEIS CONEXÕES

Anderson Carlos da Silva ¹
Rosiléa Agostinha de Araújo ²
George Pimentel Fernandes ³

RESUMO

A alimentação é um fenômeno social complexo que pode ocorrer também em ambiente escolar e pode ser percebida a partir de diferentes perspectivas. Dentro da perspectiva política da merenda escolar há uma compreensão sobre os programas de alimentação na escola como políticas públicas de caráter assistencialista, em detrimento de simplesmente cumprir com a sua função de assegurar o direito à alimentação. De qualquer maneira é importante ressaltar que em um país de dimensões continentais como o Brasil, tais políticas sofrem influência direta da cultura regional seja por respeito às manifestações culturais, seja pela facilidade geográfica para comprar determinados alimentos, facilidade essa que só foi possível com a descentralização das compras no principal programa de merenda escolar no país, o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Foi essa descentralização que possibilitou que a compra de insumos incorporasse particularidades regionais. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é identificar a existência de possíveis conexões entre cultura e merenda escolar e teve como referencial teórico bibliográfico alguns estudiosos da cultura, da alimentação e merenda escolar.

Palavras-chave: Cultura, PNAE, merenda escolar

1 INTRODUÇÃO

Várias investigações sobre merenda escolar podem ser feitas e cada uma carrega as especificidades sob as quais esse fenômeno pode ser percebido. Por exemplo, no senso comum a merenda escolar pode adquirir um caráter de caridade ou ainda o motivo principal pelo qual os alunos se mantêm na escola, pois vale mencionar que para muitas crianças e jovens brasileiros, essa/as refeição/ões é/são a única oportunidade da ingestão de alimentos. Por outro lado, estudos apontam a merenda escolar como uma política assistencialista, como forma de garantir um direito humano. Independente da perspectiva adotada é imperativo perceber a merenda escolar como um processo de alimentação que envolve diversas instâncias institucionais e diversos atores, sendo assim, passiva de influências culturais.

¹ Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA, andicarlos.br@gmail.com;

² Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA, leiaagostinha@gmail.com;

³ Professor orientador e coautor do trabalho: Doutor em Educação, Universidade Regional do Cariri – URCA. pimentelcrato@gmail.com.

É com essa percepção que essa perspectiva caminha: já que a alimentação escolar é um processo que envolve centenas de milhares de pessoas, desde a produção dos insumos até o consumidor final (estudantes) e sendo o Brasil um país de dimensão continental é praticamente impossível manter de maneira rígida e uniforme um cardápio, logo existem variações. Mas como se dão essas variações? São de maneira regional, estadual ou municipal? E a montagem desse cardápio, como é feita? Existe uma relação entre cultura regional e o cardápio da merenda escolar?

Questões como essas são importantes serem levantadas para elucidação de algo que parece um processo natural e harmônico devido toda a sua institucionalização e aparato legal, mas que também sobre suas influências externas reversa. Ou seja, não são apenas as políticas públicas que influenciam na composição desses cardápios, mas é possível que a cultura de cada local também influencie.

É a partir dessas questões que essa pesquisa busca identificar a existência de possíveis conexões entre cultura e merenda escolar. Nosso referencial teórico perpassa por estudiosos de cultura, alimentação e merenda escolar como Alfredo Bosi (1992), Contreras e Gracia (2011) e Camozzi (2015).

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais se faz importante compreender essas conexões existentes entre a merenda escolar (alimentação) e a cultura, pois uma vez ciente destas, é possível influenciar de maneira incisiva possíveis reformulações de políticas públicas e/ou tomadas de decisões mais assertivas pelas instituições responsáveis.

2 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002), toda pesquisa deve ser classificada conforme critérios bem determinados. Segundo critérios deste autor, a seguinte pesquisa é descritiva, de cunho bibliográfico, uma vez que busca estabelecer a relação entre os elementos investigados, mas se aproxima bastante da pesquisa explicativa, que tem como objetivo explicar a razão pela qual determinados fenômenos ocorrem.

Para Gil (2002), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado” (GIL, 2012, p. 44). Levando em consideração que não foi utilizada nenhuma outra fonte além de livros, artigos e sites do governo federal, afirma-se que essa pesquisa é em sua totalidade bibliográfica.

3 O COMER SOB UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Antes de olhar para os processos de alimentação é preciso um conceito importante: cultura. Alfredo Bosi (1992) afirma que cultura é uma “herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso” (BOSI, 1992, p. 309). É a fortuna imaterial passada de geração para geração de maneira coletiva. É, na verdade, em sua coletividade, no agrupamento de pessoas, que ela se forma e convive. Diz respeito à forma de pensar, aos hábitos, às formas de se comportar. E uma vez articulada e relativamente organizada, é também a maneira pela qual um coletivo enxerga os outros coletivos.

Para Thompson (1963) “cultura é uma rede de práticas e relações que constituem a vida cotidiana”. (THOMPSON, 1963 apud BORGES JÚNIOR, 2016) Portanto, a cotidianidade é o momento do acontecimento da prática cultural. É “aqui” que a cultura se materializa e se faz presente nas vidas das pessoas. É através da interação entre os membros de uma comunidade que herdamos, incorporamos e modificamos essa “herança” recebida que a cultura toma forma própria, específica e característica.

A cultura é uma espécie de lente, através da qual o indivíduo lê e interpreta o mundo, sendo esta estabelecida tanto pelos costumes de gerações anteriores, quanto pelos diálogos com outras culturas locais e globais, estas últimas graças ao advento da globalização. Logo se faz necessário compreender que essa cultura não é uma, unitizada a partir de uma pessoa ou grupo, mas que cada comunidade tem seu próprio teor cultural.

Outro ponto importante a destacar é que as relações estabelecidas pela interação entre os agentes formadores de cultura não ocorrem apenas de maneira horizontal, entre as pessoas viventes de uma mesma época, mas também é transmitida verticalmente, numa perspectiva temporal, é cumulativa e sempre retransmitida para as gerações posteriores.

Assim sendo, uma vez que uma cultura exerce influência em vários aspectos da vida cotidiana de todos os indivíduos, alguns estudos relacionados ao campo do saber antropológico concebem a alimentação humana de uma maneira ampliada, também sob a perspectiva cultural, e não apenas relacionada às necessidades biológicas.

O ser humano é formado por três dimensões: uma biológica que se relaciona com o corpo e seu funcionamento, uma psíquica que envolve todos os processos psíquicos cognitivos e uma social que percebe a pessoa enquanto ser em interação com outras pessoas. Para Contreras e Gracia (2011), o comer é “um fato biopsicossocial”, ou seja, perpassa pelas três dimensões. O comer na sociedade não serve apenas para atender à uma demanda

biológica, mas também para atender necessidades psicológicas e agrupar pessoas que comungam de hábitos alimentares semelhantes, partilhando sua história e cultura.

As escolas de educação básica também são ambientes de construção coletiva e de socialização e o aspecto alimentício, o comer não é apenas um coadjuvante nesse processo. Camozzi (2015) afirma que o ato de se alimentar não é puramente biológico, mas composto por uma ampla gama de significados socialmente construídos e que as escolhas alimentícias feitas pelos indivíduos são um reflexo da percepção destes sobre a realidade que os circunda.

4 A MERENDA ESCOLAR

Para assegurar a merenda escolar de maneira contínua nas escolas do Brasil, o Governo Federal, ao longo dos últimos 70 anos, tem discutido e desenvolvido uma série de políticas sobre alimentação saudável na escola. A mais recente, ainda em voga é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE.

O PNAE, como hoje é estruturado, teve seus primeiros momentos na década de 1940, por insistência do Instituto de Nutrição ao Governo federal para oferecer alimentação escolar, no entanto, a falta de recursos financeiros impossibilitou o projeto, que foi retomado na década seguinte com o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, conhecido como Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. (BRASIL, 2017)

Percebe-se que há muito tempo ocorre uma pressão institucional para que o Governo federal atue de forma mais incisiva, com políticas específicas de combate à fome e de incentivo à alimentação saudável na escola, no entanto os esforços apresentados nos momentos iniciais são difusos para que haja consistência nessas políticas.

Na segunda metade da década de 1950 começaram a surgir leis específicas para essas questões. Em 1955 foi assinado o Decreto nº 37.106 instituindo a Campanha de Merenda Escolar, nome modificado no ano seguinte para Campanha Nacional de Merenda Escolar. Esta campanha era subordinada ao Ministério da Educação (MEC) e filiada à órgãos de financiamento internacionais. Em 1965, com o Decreto nº 56.886/65, surgiram diversos programas com ajuda Estadunidense. Foi somente no ano de 1979 que passou a se chamar como hoje é conhecido - Programa Nacional de Alimentação Escolar (BRASIL, 2017).

Observa-se que ao longo dos anos, as modificações que ocorreram buscavam principalmente garantir o financiamento do programa, assegurando sua continuidade, bem como manter o raio de atuação nacional.

Vale ressaltar que, mesmo o PNAE tendo reconhecimento internacional, a merenda escolar é vista sob perspectivas conflitantes: de um lado a percebemos como um direito humano cujo papel do Estado é assegurá-la, por outro temos uma percepção assistencialista, ou seja, é uma ação necessária porque existe em algum momento da vida dos escolares a privação ou o detrimento de algum direito essencial deles (SILVA, 2018).

Logo percebe-se que há uma pressão para que o governo federal atue nessa esfera, tanto assegurando o direito à alimentação escolar, quanto suprindo outros direitos que foram negados à população alvo dessas políticas, em algum momento de sua vida.

No que se trata do investimento dos recursos no PNAE vê-se que até 1993, o programa funcionava de forma centralizada no Governo Federal, responsável desde à compra dos insumos para a produção da merenda escolar, até a distribuição desses insumos para as escolas, mas ocorreram mudanças nessa dinâmica. A Lei nº 8.913/94 estabelece parcerias com as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, que ficam responsáveis por atender as escolas estaduais e municipais dentro de sua unidade federativa. Até 1998, mais de 70% dos municípios já tinham aderido à descentralização do programa e assumido as gestões individuais dos recursos (BRASIL, 2017).

Com os recursos por responsabilidade das Secretarias de educação estaduais e municipais e o processo de descentralização em andamento, a autonomia conquistada garantiu incentivos às produções de alimentos mais próximas, geograficamente falando, uma vez que a prefeitura não era mais obrigada a esperar que os insumos viessem de fora, podendo comprá-los de produtores locais.

Mas como todo processo de descentralização de recursos, a burocracia também migrou da ordem federal para o âmbito mais local. A MP nº 1.784/98, reeditada em 2000, criou o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), órgão colegiado municipal e que deve ser formado por trabalhadores da área da educação, pelos discentes, pelos pais de alunos, representantes de entidades civis organizadas e representantes do poder Executivo e que tem a função de montar um plano de ação para o cumprimento das metas anuais do PNAE além de monitorar, fiscalizar e analisar as contas públicas que envolvem o Programa.

Uma mudança histórica foi a exigência de um nutricionista na função de responsável técnico do Programa. (BRASIL, 2017) Agora, todos os cardápios das merendas dos municípios devem ser montados por um nutricionista, respeitando as particularidades de clima, produção e sazonalidade de cada região.

Os avanços legais e os aprimoramentos no PNAE o deixaram, apesar de capilarizado, mais robusto e diversificado. O objetivo principal deixou de ser apenas assegurar alguma

merenda escolar, mas sim fornecer às crianças e jovens da educação básica uma alimentação de qualidade, capaz de assegurar uma boa nutrição.

No ambiente escolar, o PNAE não está presente apenas no horário delimitado para a alimentação. Na escola que, como mencionado anteriormente, é um ambiente de construção social, esse tipo de programa “representa a possibilidade concreta de produção de impacto sobre a saúde, a autoestima, os comportamentos e o desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar” (PEREZ-RODRIGO, 2001 apud CAMOZZI, 2015). As políticas sobre alimentação saudável na escola geram consequências reais na vida dos estudantes e da comunidade escolar em geral e estão presentes no cotidiano escolar.

Camozzi (2015) defende que, uma vez a escola sendo também um ambiente para a promoção da saúde, essas políticas de alimentação saudável devem estar presentes no cotidiano da sala de aula, através de um processo de intertextualidade com os conhecimentos lá ensinados, em atividades de sala, de casa ou ainda com trabalhos multidisciplinares.

A realização do PNAE não se resume à cantina, mas uma política que perpassa pela escola envolvendo diversos atores (pais, professores, coordenadores, cozinheiros, entre outros), diversos ambientes (salas de aula, quadra de esportes, laboratórios, salas da coordenação pedagógica, bibliotecas, bem como cantinas e mais espaços) e momentos distintos (aulas, seminários, intervalos escolares, feiras de ciências, etc), pois a alimentação é um fato inerente à espécie humana, logo estando presente em todos os ambientes em que os seres humanos estão.

5 CULTURA E MERENDA ESCOLAR: POSSÍVEIS CONEXÕES

“O ato de comer na escola se realiza em meio a outras práticas que compõem o espaço escolar, configurando-se em experiências e processos que influenciam na construção de hábitos alimentares e de identidades de crianças e adolescentes” (SILVA et al, 2018, p. 2).

Como mencionado anteriormente, o comer é, além de outras coisas, uma manifestação cultural que encontra na escola um espaço de materialização através principalmente da merenda escolar. Uma fruta, uma comida regional ou mesmo um alimento mais industrializado, tudo perpassa pela escola, atingindo diretamente os escolares.

O PNAE engloba ações de alimentação escolar em todas as faixas etárias da educação básica, desde os escolares em idade de creche até o final do 3º ano do ensino médio.

É preciso, portanto, compreender que esses jovens estão em fase de crescimento, bem como de formação de hábitos alimentares, logo os cardápios devem ser montados também com isso em mente.

Esses cardápios sofrem influências de vários fatores, mas um que se destaca à priori é a industrialização dos alimentos. França et al (2012) aponta que com as mudanças que o cotidiano das pessoas tem passado, a aceleração no ritmo de vida, a qualidade nutricional da alimentação foi aos poucos deixada de lado. Ocorreu a industrialização também dos alimentos. Produtos ultra processados como embutidos, biscoitos, sucos engarrafados e refrigerantes passaram a fazer parte da rotina alimentar dos jovens. Não raro vemos estudantes dando predileção a esses tipos de alimento, claro, quando as condições socioeconômicas os permitem, mas essa é uma temática para outro trabalho.

O fato é que os nutricionistas, ao pensar o cardápio, tem à sua disposição uma ampla gama de alimentos que precisam ser bem combinados para atender às necessidades nutricionais do público consumidor, atender ao paladar exigente dos alunos, bem como considerar as particularidades regionais tanto dos insumos como das receitas. Andressa Bez (2017) afirma que o cardápio elaborado deve ser adequado para o suprimento das necessidades e estar em concordância com os parâmetros do PNAE e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) que orientam para que sejam considerados os hábitos alimentares locais, crenças das comunidades alimentares em que a escola está localizada, as épocas do ano e a sazonalidade dos alimentos.

Vale mencionar que até 30% do financiamento do PNAE que é repassado para os estados e municípios pode ser utilizado para a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Na prática, isso gera renda para as comunidades locais, bem como aproxima as ofertas de alimentos nas escolas das práticas alimentares que os estudantes já têm em casa. Dessa maneira, entende-se, por exemplo, que uma escola no Ceará terá muito mais facilidade de encontrar um alimento que faz parte da cultura regional nas vendas em suas imediações do que fazendo pedido em grandes multinacionais atacadistas de outros estados.

Camargo et al (2006) apontam em sua pesquisa sobre aceitação de cardápio escolar que os professores e alunos têm diferenças na hora de avaliar os alimentos. Os docentes têm maior predileção por comidas mais tradicionais como cuscuz e sopas, enquanto os alunos preferem risotos e macarronadas. Outro dado encontrado por essa pesquisa é referente às crenças sobre os alimentos. Enquanto as crianças e jovens não viam problemas em consumir em uma mesma refeição leite, biscoito e frutas, os adultos julgavam que não era uma boa combinação.

A partir dessa pesquisa percebe-se que as escolhas alimentares sofrem alterações de geração para geração, logo a cultura ainda que seja uma herança repassada pela ancestralidade, é um processo vivo, dinâmico e ainda em construção e que, nesse caso em particular, sofreu impacto pelo processo de industrialização acima mencionado.

Vale ressaltar também que as crenças sobre alimentação exercem muita influência na escolha dos alimentos. Percebe-se que as crianças estavam muito mais dispostas a consumir a combinação leite+fruta pois elas não tinham as crenças tradicionais que esses dois alimentos juntos podem fazer algum mal à saúde, diferentemente dos professores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados sobre cultura e merenda escolar, é possível afirmar que esta pode ser percebida sob vários ângulos. Parte-se, portanto, do “comer”, que está associado a atender as demandas biológicas do ser humano, bem como psíquicas e sociais.

Sendo a cultura uma manifestação coletiva que ocorre dentro do meio social e que se origina e se modifica à partir dele, é possível afirmar que existem influências das diversas culturas locais nos cardápios que são montados para as escolas públicas que são atendidas por diversas políticas de alimentação e segurança alimentar, sendo a principal delas o PNAE.

Dentro do PNAE, a elaboração desses cardápios é feita por um profissional nutricionista que deve considerar os aspectos nutricionais de acordo com os parâmetros do programa, mas também deve ter em mente os aspectos culturais das comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

Entre os aspectos culturais pode-se ressaltar a escolha de alimentos mais tradicionais e comuns à região, que não apenas são mais fáceis de serem encontrados no mercado, mas também mais habituais nos outros ambientes de alimentação dos alunos beneficiários dessa política pública. Vale mencionar também que a presença desses alimentos regionais na merenda escolar diminui o choque de cultura entre as gerações que transitam pela escola e as crenças sobre os alimentos facilitando a adesão da comunidade escolar às políticas.

REFERÊNCIAS

BEZ, Andressa. *Aceitação da alimentação e análise do cardápio escolar de uma Escola Municipal De Francisco Beltrão – PR* Rasbran. vol. 8, n. 2, 2017 Disponível em: < <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/268/173>> Acesso em 05 de novembro de 2018.

BORGES JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos teóricos sobre os estudos culturais*. Caletroscópio. vol. 04, n. 6, jan-jun 2016. Disponível em: <<https://www.caletroscoPIO.ufop.br/index.php/caletroscoPIO/article/viewFile/84/62>> Acesso em 29 de agosto de 2018.

BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira e culturas brasileiras*. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras. p. 308-345.

CAMARGO, Renata Bueno de. ROVINA, Evelise Miqueli. NOGUEIRA, Patrícia Carreira. *Avaliação da aceitação do novo cardápio escolar por alunos e professores em uma escola do município de piracicaba*. 4 Simpósio de Ensino de Graduação e 4 Mostra Acadêmica da Unimep. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraaacademica/anais/4mostra/pdfs/534.pdf>> Acesso em 05 de novembro de 2018

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici et al. *Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?* Cad. saúde colet., Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 32-37. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000100032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de Fevereiro de 2018.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura*. Tradução Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidalli. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011

FRANÇA, Fabiana Chagas Oliveira de et alli. *Mudanças dos hábitos alimentares provocados pela industrialização e o impacto sobre a saúde do brasileiro*. Disponível em <http://www2.uefs.br:8081/cer/wp-content/uploads/FRANCA_Fabiana.pdf> Acesso em 21 de Setembro de 2018)

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Disponível em: <<http://www.fnDe.gov.br/programas/pnae>>

SILVA, Edleuza Oliveira; AMPARO-SANTOS, Lígia; SOARES, Micheli Dantas. *Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação*. Cad. Saúde Pública. vol. 34, n. 4. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000403001&lng=en&nrm=iso> Acesso em 05 de novembro de 2018.